

Artigo original



Impactos psicossociais nas sexualidades de pessoas em contextos de institucionalização

Psychosocial impacts on the sexualities of people in contexts of institutionalization

Impactos psicossociales en las sexualidades de las personas en contextos de institucionalización

Livia Luciana Barros Gomes¹

Laricia Nogueira Alexandre²

Tadeu Lucas de Lavor Filho³

Meury Gardênia Lima de Araújo⁴

Antoniél dos Santos Gomes Filho⁵

Thamires Pereira Alves⁶

¹Autora para correspondência. Centro Universitário Vale do Salgado (Icó). Ceará, Brasil. livia.barros.gomes@gmail.com

^{2,4,6}Centro Universitário Vale do Salgado (Icó). Ceará, Brasil.

³Universidade Estadual do Ceará (Fortaleza). Ceará, Brasil.

⁵Universidade Regional do Cariri (Campos Sales). Ceará, Brasil.

RESUMO | INTRODUÇÃO: As sexualidades das pessoas institucionalizadas atravessam diversos modos de opressão, pois prevalece ainda uma construção social arcaica da sexualidade como algo constrangedor ou até mesmo perverso, baseado em uma redução do seu real significado, e ainda acompanhada de moralismos, preconceitos e estigmas. **OBJETIVO:** Analisar os diversos modos de sexualidades dentro de um contexto de institucionalização, a Casa de Acolhimento O Resgate, localizada na cidade de Icó-CE. **MÉTODO:** O estudo é fruto de um delineamento qualitativo de uma pesquisa-intervenção. O campo de pesquisa foi um equipamento de política pública voltado para o acolhimento e residência de pessoas em situação de rua na cidade de Icó-CE, cujas pessoas são na grande maioria atendidas pelo Centro de Atenção Psicossocial do município. A construção de dados foi fruto do desenvolvimento do Projeto de Extensão Aquarela que criou dispositivos grupais com aproximadamente 12 moradores e a participação dos profissionais atuantes no equipamento durante o primeiro semestre de 2022. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Percebeu-se a reprodução de preconceitos e tabus relacionados às sexualidades, juízos de valores e percepções que dificultam uma noção fluida e crítica no cotidiano. Além disso, há também a restrição do próprio equipamento, já que se sabe o quanto esse assunto é ainda tratado por um cunho proibicionista e moralista. **CONCLUSÃO:** Falar sobre sexualidades é um movimento de resistência sobre regimes de opressão sobre a subjetividade humana. Ao mesmo modo que possibilita criar condições de acesso e reflexão a outros direitos (família, relações afetivas, sociabilidade, etc), dos quais são renegados para pessoas que passam por equipamentos de institucionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Institucionalização. Subjetividade. Intervenção Psicossocial.

ABSTRACT | INTRODUCTION: The sexualities of institutionalized people go through various modes of oppression, since an archaic social construction of sexuality as something embarrassing or even perverso still prevails, based on a reduction of its real meaning, and is still accompanied by moralisms, prejudices and stigmas. **OBJECTIVE:** To analyze the various modes of sexualities within institutionalization, the Casa de Acolhimento O Resgate in the city of Icó-CE. **METHOD:** The study is the result of a qualitative design of a research-intervention. The research field was a public policy equipment focused on the reception and residence of homeless people in the city of Icó-CE, whose people are mostly assisted by the Psychosocial Care Center of the municipality. The construction of data resulted from the development of the Aquarela Extension Project that created group devices with approximately 12 residents and the participation of professionals working on the equipment during the first semester of 2022. **RESULTS AND DISCUSSIONS:** We noticed the reproduction of prejudices and taboos related to sexualities, value judgments and perceptions that make it difficult to have a fluid and critical notion in everyday life. In addition, there is also the restriction of the equipment itself, since it is known how much this subject is still treated in a prohibitionist and moralistic way. **CONCLUSION:** Talking about sexualities is a movement of resistance against regimes of oppression of human subjectivity. At the same time, it makes it possible to create conditions for access and reflection on other rights (family, affective relationships, sociability, etc.), which are denied to people who are institutionalized.

KEYWORDS: Sexuality. Institutionalization. Subjectivity. Psychosocial Intervention.



RESUMEN | INTRODUCCIÓN: Las sexualidades de las personas institucionalizadas pasan por diversos modos de opresión, ya que aún prevalece una construcción social arcaica de la sexualidad como algo vergonzoso o incluso pervertido, basada en una reducción de su significado real, y aún acompañada de moralismos, prejuicios y estigmas. **OBJETIVO:** Analizar los diversos modos de sexualidad en un contexto de institucionalización, la Casa de Acolhimento O Resgate localizada en la ciudad de Icó-CE. **MÉTODO:** El estudio es el resultado de un diseño cualitativo de una investigación-intervención. El campo de investigación fue un equipamiento de política pública centrado en la acogida y residencia de personas sin hogar en la ciudad de Icó-CE, cuyas personas son atendidas por el Centro de Atención Psicossocial del municipio. La construcción de datos fue el resultado del desarrollo del Proyecto de Extensión Aquarela que creó dispositivos grupales con aproximadamente 12 residentes y la participación de profesionales que trabajan en el equipamiento durante el primer semestre de 2022. **RESULTADOS Y DISCUSIONES:** Notamos la reproducción de prejuicios y tabúes relacionados a las sexualidades, juicios de valor y percepciones que dificultan una noción fluida y crítica en la vida cotidiana. Además, existe también la restricción del propio equipo, ya que es sabido cuánto este tema aún es tratado de forma prohibicionista y moralista. **CONCLUSIÓN:** Hablar de sexualidades es un movimiento de resistencia contra los regímenes de opresión de la subjetividad humana. Al mismo tiempo, permite crear condiciones de acceso y reflexión sobre otros derechos (familia, relaciones afectivas, sociabilidad, etc.), que son negados a las personas institucionalizadas.

PALABRAS CLAVE: Sexualidad. Institucionalización. Subjetividad. Intervención Psicossocial.

Introdução

O presente estudo objetivou analisar os diversos modos de sexualidades dentro de um contexto de institucionalização, a Casa de Acolhimento O Resgate, localizada na cidade de Icó-CE enquanto um serviço de caráter transitório na Rede de Atenção Psicossocial no município. Trata-se de um equipamento vinculado à política pública de saúde do município e é um dispositivo de cuidado aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, cujos sujeitos advieram da população em situação de rua. Esta é uma instituição que ainda está fortalecendo as suas bases de atuação, visto que é um dispositivo novo no município, tendo em vista que sua implementação ocorreu a partir de 2020 em consequência da pandemia de COVID-19.

Compreende-se que o conceito de sexualidade é condicionado a limitações, e por vezes distantes do seu real significado, visto que considerando os moldes instituídos pela religião e por questões de ordem cultural e moral, esse conceito é envolvido por discriminação, dominação e opressão. Com isso, fez-se necessário que a autonomia fosse valorizada, reconhecendo que os indivíduos não possuem as mesmas condições para acessar e desempenhar os seus direitos sociais de maneira efetiva (Le Goff, 1995).

De acordo com Ballone (2006), a definição de sexualidade vai muito além de uma identificação de orientação sexual, podendo ser vivenciado através de manifestações de afetos, habilidade de estar em contato consigo e com seu próximo, uma elaboração de bem-estar e autoestima. A partir disso é possível perceber que para definir sexualidade é preciso que haja um entendimento de que se trata de um assunto vivenciado de forma singularizada.

Comungando do que Oliveira (2009) apresenta, é importante destacar que a sexualidade não é uma causadora de danos, riscos ou prejuízos ao indivíduo, e tampouco é responsável por provocar desequilíbrio no laço social. Numa visão contemporânea, e num aspecto mais amplo, a sexualidade compreende todas as dimensões do sujeito e se manifesta das mais diversas formas. Dentro dessa perspectiva precisa ser uma prática subjetivadora da vida humana.

Contudo, a construção histórica a respeito da sexualidade não é condizente com o seu real significado, pois foi e ainda é mediada por diversos tabus. A partir disso, o ponto de partida desse estudo se desenvolveu a partir do agravo que isso se dá na sociabilidade quando pensado nas sexualidades de pessoas institucionalizadas, pois se ora há tanta repressão aos sujeitos que estão adequados a uma norma, os estigmas sobre a sexualidade no contexto de institucionalização podem se maximizar, porque esses corpos são desviantes, marcados pela exclusão e desprezo, tidos como seres incapazes de sentir e serem desejantes.

Pensar nessa realidade é denunciar a necessidade de fomentar um diálogo entre sexualidade e saúde mental como um aspecto de valorização e legitimação da subjetividade de pessoas em contextos de institucionalização. Para tanto, é preciso de uma educação sexual que resulte em uma mudança nos preceitos dos saberes e fazeres na sociedade, e que supere a conduta social que tem suas bases limitadas a um teor preconceituoso (Bessa, 2017). E como citam os autores Ziliotto e Marcolan (2020), devido aos mitos e à escassez de conhecimento, as sexualidades desses sujeitos são encaradas - até mesmo por eles - pela ótica da discriminação.

A partir disso, lançamos o seguinte questionamento balizador desta pesquisa: como são produzidos os modos de subjetivação de pessoas em contextos de institucionalização acerca de suas próprias sexualidades? Para responder esta pergunta, foi realizada uma pesquisa-intervenção com grupos de discussão através da execução de um projeto de extensão na instituição.

A contribuição desse estudo fomenta a compreensão urgente de desestigmatizar socialmente esse dilema, contribuindo, dessa forma, para a elaboração de políticas públicas que atendam efetivamente às demandas desses sujeitos, superando os modos de censuras presentes nas próprias instituições, e em especial, considerando as sexualidades dessas pessoas. Espera-se contribuir academicamente nos debates e na formação dos profissionais de Psicologia e áreas afins da saúde, uma vez que essa ciência, em seu compromisso social e ético, deve buscar intervir adequadamente e se posicionar contra os modos opressores que acabam por discriminar o sujeito, sendo um destes as sexualidades de pessoas institucionalizadas.

Conceituação de contextos e práticas de institucionalização nos modos de subjetivação

O termo institucionalização é considerado um termo polissêmico, que se emprega nos mais diversos contextos. No campo da saúde e serviço social apresenta o sentido de internação/acolhimento em casas de passagens, albergues, abrigos, etc. Para as políticas públicas e para as ciências sociais é utilizado para apontar processos de integração de conceitos, como por exemplo, um papel social, uma norma, crença, conduta particular de comportamento ou valor, dentro de uma sociedade ou organização de modo geral. O termo também pode ser usado como sinônimo de formalização de política ou prática do que antes acontecia de maneira informal ou voluntária. Em todos os contextos e cenários colocados, o termo está ligado a instituições (Papi et al., 2020).

Immergut (2007) apresenta instituições como regras fortalecidas por processos sociais, históricos que ajustam interesses e impõem decisões, podendo ser efetivadas em rotinas e esquemas de classificação, assim como normas, legados e estratégias. Nos aspectos sociológico e histórico, a teoria institucional ressalta uma autonomia dessas instituições diante da

sociedade, posto que pressupõe que o ambiente sociopolítico, estabelecido pela própria sociedade historicamente, compreende, manipula, e constringe os comportamentos sociais. Nessa perspectiva, as instituições influenciam ações sociais, ao passo em que agem na modelagem dos atores sobre os problemas e suas prováveis soluções.

Dessa maneira, institucionalizar em políticas públicas traz a possibilidade de ser percebida como um método de reprodução das forças iniciais que operam em sua modelagem, criando estruturas resistentes, difíceis de serem rompidas e com capacidade para sobreviver de modo autônomo às mudanças do ambiente (Papi et al., 2020).

Para os autores Lins e Cecílio (2008), a institucionalização configura-se, como um processo de disputa por interesses pelos seus próprios participantes. Com isso, pressupõe-se a existência de práticas verticalizadas, autoritárias e relações de poder que necessitam ser consideradas e avaliadas com cautela, uma vez que influencia diretamente na saúde dos sujeitos institucionalizados. A saúde é assim definida pela forma que se produz, e revelada conforme as ações profissionais. Dito isto, a institucionalização da saúde necessita pensar em mudanças no que se refere às suas práticas, provocando um comprometimento que é para além de uma avaliação ou clínica diagnóstica.

Dentre os modelos de instituições, para Amarante e Torre (2018) os sistemas asilares advindos de um processo de constituição do hospício é o subsídio para lidar com a loucura, e isso se dava por práticas higienistas e de exclusão, o que resultava em uma retirada do convívio social dos considerados insanos, fomentando uma espécie de morte da cidadania. Sendo assim, o asilo torna-se uma instituição para esses loucos, e tinha como intuito a segregação na tentativa de cura, que se dava pela busca de um novo objeto de conhecimento científico, o foco eram questões da medicina mental, sendo desenvolvido a partir disso a clínica psiquiátrica. Compreendia-se que era necessário isolar para tratar.

No entanto, posteriormente, conforme Amarante e Torre (2018), percebeu-se a necessidade de novas formas de cuidados e maneira de lidar com a loucura, voltado a um olhar ampliado para com o sujeito, respaldando-se nas contribuições de Rotelli et al. (1990),

que enfatizam o bem-estar do indivíduo no âmbito social, a “invenção de saúde”, e não somente um tratamento limitado a uma proposta de cura.

Sabe-se que nesses espaços de institucionalização a subjetividade de um indivíduo passa a ser descentralizada, pois o campo influi diretamente modelando esse sujeito em um viés homogêneo, imbricado a forças e características de um dispositivo que funciona mediante a uma relação de poder, isto é, hegemônico, que determina as representações de modo a atuar sobre os comportamentos dos indivíduos, o que faz com que suas capacidades sejam manuseadas e docilizadas por uma ótica da pluralidade, se tratando de uma naturalização do discurso de homogeneização que resultam na modelagem das singularidades (Guattari, 1992; Guattari & Rolnik, 1985).

Wachs et al. (2010) discutem em um estudo a importância de pensar caminhos que possam culminar em uma produção de singularidades, dando lugar a diversidade, e propondo um espaço que seja possível uma existência e expressão da heterogeneidade. Para isso é prezado a liberdade do sujeito, no que concerne a possibilidade de afetar-se em outros e novos processos de subjetivação, permitindo-o a apropriar-se de lugares e sentidos que estão para além de uma relação diagnóstica. Com essa perspectiva, ocorre um processo de desinstitucionalização do sujeito, superando uma lógica manicomial asilar, e operando juntamente com a Reforma Psiquiátrica.

Posto isto, no final dos anos 1970 surge a necessidade de pensar em políticas de saúde mental no Brasil eficazes, uma vez que, embora o método de hospitais psiquiátricos e manicômios fossem predominantes, acabavam por violar os direitos do sujeito, isto devido às práticas arcaicas e cuidados negligenciados que resultaram em um tratamento desumano. Nesse sentido, havia uma urgência de uma reforma no sistema psiquiátrico e serviços de saúde mental no Brasil (Almeida, 2019).

Partindo dessa necessidade, nos anos de 1980 dá-se início a um enfrentamento aos estigmas atrelados a essas pessoas, que eram vistas por um viés de criminalidade e irracionalidade como um perigo à sociedade. Essa luta surge em um marco importante, que foi a época da redemocratização, em que, dentre outras questões, refletiu também a importância de se combater essas violências, e de pensar em categorias

sociais e políticas que atendessem a essas pessoas desassistidas e/ou desamparadas (Costa & Lotta, 2021). E, precisamente, com a Constituição Federal de que foi enfatizado a igualdade de todos perante a Lei, esse público passa a de fato ser incluso como detentor de direitos civis (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Os referidos autores, Costa e Lotta (2021), mencionam a importância dos marcos históricos que foram se efetuando nesse período da década de 80, como o surgimento da Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica. Em 1987, por exemplo, ocorreu a Primeira Conferência Nacional de Saúde Mental, e propôs um foco diferenciado, voltado para o sujeito de fato, e não para questões asilares, buscando, desse modo, estratégias que os integrassem socialmente, combatendo as práticas de exclusão e superando a crença estigmatizada de incapacidade dessas pessoas. Em 1992, houve a Segunda Conferência, e seu objetivo se voltou para uma discussão que pudesse resultar na cidadania desses indivíduos, e isso se dava mediante a uma participação efetiva para que assim houvesse o exercício dos direitos.

Segundo Amarante e Torre (2017) a Reforma Psiquiátrica surge propondo mudanças nas Diretrizes de Saúde Mental no Brasil, desconstruindo o modo arcaico e se fundamentando em uma luta antimanicomial. De acordo com Almeida (2019) o novo ideal busca refazer o modelo de atendimento e cuidado a essa população. Dessa forma, os serviços de cunho manicomial foram sendo substituídos - a fim de proporcionar melhores condições de vida - pelos serviços de base comunitária, destacando-se os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Em consonância a esta temática, no ano de 2001 há a aprovação da Lei nº 10.216 (2001) que dispõe de direitos e proteção as pessoas com transtornos mentais, combatendo a discriminação e promovendo o respeito independentemente de gênero, classe, raça, orientação sexual, dentre outros. Além disso, assegura que é dever do Estado a promoção e prevenção de saúde prestando um acompanhamento adequado a esses sujeitos e suporte à família. Nesse sentido, há um redirecionamento do modelo assistencial na saúde mental, e isso implica diretamente na inclusão dessas pessoas tanto na sociedade como no seu processo de tratamento, isto é, no exercício da cidadania (Lei nº 10.216, 2001).

Frente a essas lutas de movimentos sociais e às conquistas que foram se efetuando com a Lei supracitada, bem como as diretrizes pactuadas nas conferências nacionais de saúde mental, fomentava-se uma defesa ao processo de desinstitucionalização, referindo-se a relevância da liberdade como algo terapêutico, apoiando o convívio social e também o protagonismo da pessoa, seja durante o seu tratamento, seja em sua vida cotidiana ([Moreira](#), Guerrero & Bessoni, 2019).

Notas sobre as sexualidades em contextos de institucionalização

Conceituar sexualidade é algo amplo e complexo, visto que esse termo é carregado de preconceitos, repressões, tabus e muitas são as tentativas de reduzi-la ao sinônimo de genitalidade e reprodução ([Bearzoti](#), 1994). Dentro da Psicologia, numa abordagem construcionista, a sexualidade foi e é percebida/vivenciada de maneiras diferentes, em lugares e tempos, de acordo com a sua construção social destacando que os sujeitos inseridos nesses espaços sociais são produtos dessa estrutura ([Detomini](#), 2016).

[Queiroz](#) et al. (2015) apontam que a sexualidade é um fenômeno intrínseco ao ser humano, estando essa presente na identidade do sujeito e na maneira como esse sente e a manifesta ao longo de sua vida. Pode-se considerar que é uma necessidade básica que além de se revelar através do desejo sexual propriamente dito, há também o desejo de contato afetivo, do carinho e cumplicidade. Esse aspecto revela como o indivíduo evidencia o seu eu no mundo e a sua maneira de se relacionar com o outro.

Nesse ínterim, segundo [Toniette](#) (2004) a sexualidade é vivenciada ou manifestada através de fantasias, crenças, atitudes, pensamentos, valores, regras, relacionamentos, atividades, práticas, sendo essa uma habilidade humana de experienciar anseios subjetivos que produzem modos desejantes da sexualidade a partir do vínculo emocional e o estabelecimento de laços interpessoais, se mantendo e sendo elaborados através das emoções.

Assim, cabe destacar que esse fenômeno, como menciona [Gomes](#) et al. (2010), não se trata de um aspecto isolado, mas faz parte dos elementos da qualidade

de vida, desempenhando influências significativas na maturação dos indivíduos. Desse modo, não é algo estático mas, pelo contrário, é uma sexualidade que está construída de maneira constante nas relações que se estabelecem cotidianamente. Ademais, faz-se relevante apontar que a sexualidade é um dos fatores que intervêm no bem-estar, estando para além do domínio biológico, passando a constituir partes importantes das ações de promoção da saúde.

Já para os autores [Oka](#) e Laurenti (2018), é um processo imbricado com questões relacionadas a aspectos emocionais, sociais e culturais. Nessa perspectiva, há uma influência dessas questões sendo percebidas por diferentes óticas a depender do contexto que o sujeito se insere. Com isso, as práticas são consideradas como saudáveis e/ou prejudiciais a partir dos marcadores socioculturais de determinado ambiente ou circunstância/contexto.

Para [Foucault](#) (1988) a sexualidade era apresentada como um marcante dispositivo social de controle sobre as pessoas, nas relações entre pais e filhos, educadores e alunos, bem como entre governantes e a população. As normas se caracterizam como uma busca do controle da sexualidade, o que causa um efeito considerado importante que se reitera de maneira negativa sobre o bem-estar material e emocional das pessoas. Os padrões em torno da sexualidade têm consideráveis impactos sobre a educação, saúde e mundo do trabalho, mostrando, com isso, o quanto os direitos sexuais são relevantes em torno dos Direitos Humanos ([Cornwall](#) & Jolly, 2008).

De acordo com [Ferreira](#) et al. (2015), a sexualidade possui uma conotação da vida privada, o que acaba por ser algo pouco discutido nos espaços sociais. A evitação torna esse assunto delicado e constrangedor, o que é comum do ser humano ganha uma conotação de proibicionismo e de estigmatização. Partilhando do mesmo pensamento, [Figueiroa](#) et al. (2017) mencionam que a referida temática é uma problemática vasta e complexa, que se perpetua ao longo do tempo, e que devido pouco se debater sobre essa questão, são fomentados preconceitos, tabus e mitos sexuais, que se dissipam no meio social e acabam por gerar discriminação à diversidade e aos modos subjetivos de se vivenciar livremente a sexualidade.

No âmbito da saúde mental e outros serviços, as atribuições às sexualidades também são de teor preconceituoso e moralista, pois se há uma negação das vivências em diversos espaços devido a uma construção estigmatizada sobre a temática, denota-se que no âmbito institucional – em que há um borramento entre a normatividade e a liberdade - o controle dos corpos e a rejeição da liberdade para essa vivência são potencializados e alicerçados em uma falta de informações culminando no proibicionismo (Ziliotto & Marcolan, 2020).

Por consequência, essa população em sofrimento psíquico é estigmatizada nos próprios serviços de saúde, uma vez que há um controle da corporeidade que tem suas necessidades pessoais invalidadas, principalmente no que concerne a um cunho sexual, sendo domesticadas através de uma negação/proibicionismo e/ou de medicamentos que buscam controlar a libido do sujeito. Há assim uma negligência para com o paciente e seus desejos, não havendo um comprometimento e atenção à saúde integral desse público, ao passo que acaba por promover tabus a respeito da temática (Detomini, 2016).

Diante disso, cabe citar também as experiências desviantes de forma geral, isto é, dos sujeitos que não seguem o padrão vigente, e quando estas são pessoas institucionalizadas, pode-se presumir que há uma intensificação dos estigmas sociais como, por exemplo, os indivíduos que por não seguirem a heteronormatividade são marginalizados e acabam por ter seus direitos violados. Isso se dá através de uma lógica de controle de corpos, que dita as regras do que deve ser seguido (Ministério da Saúde, 2013a). Esses corpos dissidentes acabam por promover um movimento de desacato, pois vão contra toda uma lógica hegemônica e moralista quando desobedecem ao outro pela ousadia de ser quem desejar, afirmando as suas existências e ocupando um lugar de resistência aos modos de opressão e exclusão (Pimentel, 2019).

Com relação a essas manifestações em espaços/indivíduos institucionalizados, segundo o estudo realizado por Ziliotto e Marcolan (2020) em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III – Adulto), percebeu-se o quanto há discriminação no que se refere à orientação sexual expressada em divergência à regra heteronormativa, pois vai contra um movimento de normatividade. Assim, aqueles que são dissidentes acabam por terem suas vivências violadas. Compreendeu-se também que a religião aparece como um dos reforços

à heteronormatividade, sendo ela o modo correto da sexualidade do ser humano, pois é a partir disso que se dá a procriação, não havendo tolerância para com aqueles que fogem do padrão.

Outra questão importante é sobre as sexualidades das mulheres, que, segundo a teórica Silvia Federici, sofrem implicações diferentes ao serem comparadas às dos homens, uma vez que o sexo para a mulher sempre foi encarado por uma conotação moralista em que a prática apenas para a obtenção de prazer feminino era demonizada, sendo vista como uma questão pecaminosa pelo clero, pois poderia resultar em liberdade, algo que era inadequado e contraditório para aquelas que deveriam ser em suas condutas submissas. Nesse sentido, pensar em sexualidades requer que se considere a diferença de gênero presente nessa questão, que acaba por influenciar na forma que se percebe e se vivencia o gênero e a sexualidade (Federici, 2017).

Logo, averiguou-se ainda na mesma pesquisa de Ziliotto e Marcolan (2020) que a percepção da sexualidade feminina corrobora para um contexto excludente e negacionista da liberdade sexual de mulheres, pois através dos relatos reparou-se o quanto esse fenômeno é encarado por uma lógica machista em que há um preconceito desde a expressão da sensualidade da mulher à manifestação de seus desejos sexuais, posto que culturalmente foi determinado que cabe às mulheres a obrigação unicamente do matrimônio e de proporcionar prazer ao homem, pois essa é uma necessidade básica do organismo e não pode ser negada, tão defendida pelo regime patriarcal e machista.

Por fim, como mencionam os autores sobreditos, os próprios sujeitos institucionalizados podem ter preconceitos para com as sexualidades e isso advém das normas sociais que também acabam por influenciar esses espaços (Ziliotto & Marcolan, 2019). Uma das razões é que os profissionais dos serviços de saúde têm dificuldade de tratar sobre o assunto, encarando-o de forma proibida, o que só resulta no distanciamento, pois há uma privatização, fazendo com que os estigmas sejam intensificados. Esses impasses contribuem para que o tema se torne algo constrangedor e dotado de tabus para esses sujeitos. Portanto, as representações dão lugar a uma perda da naturalização do ato, e por consequência, as sexualidades são patologizadas (Barbosa et al., 2015).

Estratégias de educação em saúde para a redução de danos com sexualidades em contextos de institucionalizações

Conforme o que é apresentado nos cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde, os direitos sexuais e reprodutivos resultam da luta pela cidadania e pelos Direitos Humanos, sendo estes reconhecidos em leis nacionais e documentos internacionais. A saúde sexual e reprodutiva se desenvolveu recentemente, e representa uma conquista histórica ([Ministério da Saúde](#), 2013b). Com isso, pensar em direitos sexuais é refletir nas mais diversas possibilidades de expressão sexual, na igualdade de gênero e na liberdade de poder decidir sobre de que maneira se pode usar o próprio corpo ([Villela & Arilha](#), 2003).

Desse modo, esses direitos estão na pauta governamental, e ainda na elaboração de condutas recomendadas na Política Nacional dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos. Perante a conquista da política legal apresentada, os profissionais e gestores da área da saúde têm papel primordial na finalidade de conhecê-las ao ponto de torná-las palpáveis na prática e no planejamento de atenção à saúde ([Ministério da Saúde](#), 2013a).

É importante destacar que ao falar sobre saúde sexual, precisa-se reconhecer essa como uma habilidade de homens e mulheres para expressar e gozar sua sexualidade de forma segura, sem sofrer violências, discriminação e censura, sem riscos de infecções sexualmente transmissíveis e gestações indesejadas. A saúde sexual proporciona vivenciar uma vida sexual protegida, agradável, baseada em informações, na autoestima e no cuidado, que acarreta uma abordagem libertária da sexualidade humana e no respeito nas relações sexuais de forma mútua. Ela insere e favorece o prazer, incentiva a determinação pessoal, e nas relações sociais ([Corrêa & Ávila](#), 2003).

[Telo](#) e [Witt](#) (2018) pontuam que para que os direitos sexuais sejam postos em prática, faz-se necessário políticas públicas que assegurem a saúde sexual e reprodutiva, estando estas na atenção primária à saúde entre as grandes áreas de atuação. Desse modo, exigir que o Estado garanta esses direitos engloba não apenas a oferta de serviços institucionais e acolhimentos de saúde pública, mas também deve contar com o esforço do atendimento humanizado e empático por

parte dos profissionais da saúde, quem na ausência e/ou negligência desse cuidado interpessoal, muitas vezes a saúde sexual tende a ser fragilizada.

Ademais, cabe citar também a relevância da educação sexual, que segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), refere-se a uma questão de socialização, o que influencia diretamente em como é percebida, construída e vivenciada a sexualidade individual. Assim, o desenvolvimento da sexualidade perpassa as relações ambientais e os modos de socialização distintos nas diferentes territorialidades ([ONU](#), 2014).

De acordo com [Maia](#) e [Ribeiro](#) (2011), a educação sexual está imbricada nas experiências de cada sujeito ao longo de sua vida, o que resulta em crenças e expressões, e elas se dão primeiramente na instituição familiar e atravessa os outros contextos de sociabilidade. Para [Figueiró](#) (2020), a educação sexual significa todo ato de ensinamento e aprendizagem que proporcione tanto um conhecimento básico sobre sexualidade quanto questões mais subjetivas, como valores, normas, sentimentos, dentre outros fatores relacionados à vida sexual.

As Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade ([UNESCO](#), 2019) reforçam ainda que as ações de prevenção e promoção de saúde se voltam para uma Educação Integral em Sexualidade (EIS), em que se busca despadronizar as conceituações ultrapassadas sobre sexualidades, bem como reforçar ao indivíduo o seu poder de escolha e decisão. Nesse sentido, há uma maior conscientização e responsabilidade sobre a vida sexual, compreendido como algo pessoal e um direito de todos.

Em relação às sexualidades das pessoas institucionalizadas, [Bessa](#) (2017) afirma que se a loucura sempre se fez silenciada e excluída em nome da normatividade e da razão, isso denota que o direito de existir dos sujeitos tidos como loucos era sucumbido, e do mesmo modo o desejo do afeto, o contato, o prazer e todas as outras questões relacionadas à vida sexual eram e continuam sendo renegados na coloquialidade da vida cotidiana. A sexualidade e a loucura são questões consideradas impossíveis de associar, quando atribuídas uma à outra, assim sendo a sexualidade nesse contexto é vedada.

Diante disso, há um contexto de proibicionismo em cena, que se dá pelos próprios profissionais de saúde, por exemplo, pois mesmo tendo compreensão da sexualidade ser inerente ao ser humano, existe uma resistência quando se pensa nessa questão vivenciada por pessoas que se encontram em sofrimento psíquico e/ou são institucionalizadas. Segundo [Mann](#) e [Monteiro](#) (2018) a atualização de uma prática que ratifica uma visão estereotipada e limitada do exercício da sexualidade tende a ser reflexo de uma fragilidade no arcabouço técnico e teórico na formação desses profissionais, que acaba por influenciar na prática em campo. Os autores relatam que há também a ausência de discussões sobre sexualidade nos planejamentos e na elaboração dos projetos terapêuticos dos usuários dos serviços.

Em respaldo, conforme os estudos dos mesmos autores entre 2015-2016, que foi realizado na cidade do Rio de Janeiro com profissionais de alguns serviços de saúde mental, foi apontado pelos entrevistados que em suas formações não estava incluso questões relacionadas à sexualidade e suas especificidades. O conteúdo se resumia somente a uma lógica de reprodução e doenças sexualmente transmissíveis para enfermeiros e médicos, e a teoria psicanalítica para psicólogos. Dentre os participantes, um médico mencionou que o manejo clínico psiquiátrico em uma instituição se volta, sobretudo, para a doença mental, não reparando na questão da sexualidade ([Mann & Monteiro, 2018](#)).

Refletindo sobre esse aspecto, [Urry](#) e [Chur-Hansen](#) (2018) afirmam que existem obstáculos frente à orientação e discussão da sexualidade na área da saúde mental devido à inaptidão por parte dos profissionais e a um certo constrangimento. Com isso, para que haja uma desmistificação da sexualidade para com pessoas institucionalizadas é preciso haver uma mudança na formação desses profissionais, pois são figuras de suma importância no cuidado e atenção à saúde, o que inclui a sexualidade como objeto de direção do tratamento e da atenção psicossocial dos usuários ([Mann & Monteiro, 2018](#)).

Para [Bessa](#) (2017), os profissionais de saúde devem atuar dando lugar à existência desse sujeito que é desejante, e assim como as pessoas não institucionalizadas têm as suas necessidades, quando ambas são despotencializadas em seus desejos, podem ser produzidos efeitos dos quais pode ser o manifesto do sofrimento psíquico, por exemplo. Nesse sentido, deve-se haver o respeito à diversidade, e a deserção

das amarras sociais e julgamentos de valores que canalizam somente na estigmatização desse público. Dessa forma, esse espaço será certamente de acolhimento e promoverá um movimento de ruptura com as noções ultrapassadas acerca das sexualidades, em especial a dessas pessoas. É preciso que se olhe para as suas sexualidades sem a ótica da negação e sem atribuir a uma perversão ou patologia, sobretudo, é preciso que se veja com naturalização e aceitação.

[Campelo](#) et al. (2019) sugerem a importância de se discutir sobre sexualidades nos serviços de saúde mental, pois as pessoas em sofrimento psíquico estão mais vulneráveis aos riscos devido as suas condições, e a ausência de informações a respeito de questões sexuais culminam na negligência do que poderia ser prevenido, como por exemplo, as infecções sexualmente transmissíveis (IST). Pois, na pesquisa dos citados autores realizada em um Centro de Atenção Diária (CAD) de um hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro, percebeu-se os riscos relacionados às IST com relação a um número de doze pessoas - que mantinham vida sexual ativa -, cinco delas mencionaram já ter tido alguma IST ao longo das suas vidas. Dessa forma, o debate sobre sexualidade pode levar a práticas sexuais mais protegidas.

Para [Urry & Chur-Hansen](#) (2018) ainda que as práticas de cuidado sejam benéficas, deve-se haver uma cautela nessas intervenções para que não sejam de cunho proibicionista e controlador, pois não se pode desconsiderar que o moralismo sustenta os discursos sobre a percepção e vivência das sexualidades desses indivíduos, sendo visto como algo patológico e perigoso. Assim, para que haja uma verdadeira proteção e atenção, deve-se haver espaço para que esse público manifeste suas questões e exerça de fato a sua autonomia, e que diante disso, a equipe pense em estratégias para resultar em hábitos sexuais saudáveis ([Figueiredo, 2019](#)).

Portanto, faz-se imprescindível que o diálogo seja promovido entre os sujeitos comprometidos com o cuidado atrelado a uma visão educativa, onde questões relativas ao gênero, à autonomia, à sexualidade e à liberdade estejam a contribuir na construção de práticas que não discriminem o indivíduo e que assegurem a promoção, a proteção e o exercício da sexualidade e da reprodução como um direito, catalogadas na integralidade da atenção, como orientadoras das práticas assistenciais na área da atenção à saúde ([Telo & Witt, 2018](#)).

Método

Tipo de pesquisa

A presente pesquisa é de natureza qualitativa com delineamento exploratório com produção de dados empíricos durante o ano de 2022. O caráter qualitativo se caracteriza por uma pauta ética frente à política do estudo e na relação entre o pesquisador e o objeto observado, havendo a flexibilização na análise do conteúdo em que é possível se considerar questões subjetivas das partes enredadas relativas a determinados conteúdos, fomentando um aprofundamento teórico no assunto estudado (Martins, 2004).

No que concerne ao tipo exploratória, essa por sua vez significa um estudo ampliado sobre assuntos pouco debatidos e observados no meio acadêmico, fazendo assim com que se busque aprofundar o conhecimento e a discussão da temática, promovendo uma maior proximidade entre as partes, isto é, o pesquisador e seu objeto de pesquisa, além de facilitar o acesso desses estudos à sociedade (Gil, 2019).

Foi realizado uma pesquisa-intervenção considerando a produção empírica dos dados, da habitação da instituição, do diálogo exercido com os sujeitos e das análises tecidas a partir da realidade. Desse modo, esse tipo de pesquisa se propõe a reunir as informações coletadas de forma precisa para que se respalde o objetivo do estudo. Com isso, o encontro do pesquisador necessita ser direto, devendo ele se deslocar ao espaço em que se encontra o fenômeno para que seja possível juntar os elementos. Referente à pesquisa-intervenção que neste estudo é central, ela propõe atuar de forma interventiva em um caráter socioanalítico, baseado nas percepções adquiridas do público-alvo em que se considera a singularidade prezando pela participação efetiva dos pesquisados (Aguilar, 2003).

Contexto da pesquisa

A OMS declarou, ao dia 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, considerado o mais alto nível de alerta conforme previsto no

Regulamento Sanitário Internacional, já em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (OPAS/OMS, 2020).

Levando em conta o contexto de pandemia do novo coronavírus (COVID-19), e frente aos regimes de cuidado com as aglomerações em detrimento das normas de distanciamento social, sobretudo com o avanço da vacinação e da permissividade deliberada pelas agências sanitárias e epidemiológicas, a pesquisa foi realizada de forma presencial em consonância com o retorno gradual da presencialidade logo no início de 2022, e aconteceu através da realização de grupos de discussão, com a devida autorização de participação e aceite da pesquisa após leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os grupos de discussão foram realizados a partir da inserção do Projeto de Extensão Aquarela vinculado a um curso de Psicologia de uma universidade privada da cidade. Com o projeto, foi somada a participação de duas estagiárias do nono semestre, e mais dois estudantes do terceiro semestre de Psicologia. A participação desses estudantes foi de suma importância para o desenvolvimento dessa pesquisa, considerando que esses contribuíram de maneira bastante positiva na execução das rodas de discussão, como também na condução do grupo, visto que era um grupo significativo.

Procedimentos

Lócus da pesquisa

A pesquisa aconteceu na Casa de Acolhimento O Resgate, que fica situada na cidade de Icó, região do Centro-Sul do estado do Ceará.

O equipamento dispõe de um serviço multiprofissional, desempenhado por dois psicólogos, uma enfermeira, uma assistente social, um educador físico, três monitores, uma auxiliar de serviços gerais e três vigilantes. A casa de acolhimento oferece três refeições diárias e realiza atividades com os usuários, tendo por objetivo acolher e promover parâmetros para o crescimento pessoal, empoderamento e autonomia, bem como a reinserção na sociedade e fortalecimento dos laços familiares.

Participantes da pesquisa

Considerando que os sujeitos que buscam esse serviço são maioria do sexo masculino, e que apresentam uma faixa etária dos dezoito anos até os sessenta e cinco anos, a pesquisa se sucedeu apenas com os usuários que estavam ativos no equipamento, e que se disponibilizaram a participar desse estudo. Desse modo, contou-se com a colaboração de nove homens e uma mulher advindos de outros estados.

Recrutamento dos participantes

Os participantes foram recrutados mediante convite feito formalmente aos moradores da Casa de Acolhimento, uma vez que foi aprovado pela direção da instituição a realização da pesquisa. A pesquisa foi apresentada aos usuários através de uma roda de conversa em que foi feita a leitura do TCLE e outros informes, que possibilitou o esclarecimento sobre as temáticas que seriam trabalhadas com o grupo e receber sugestões sobre o que era interessante a essas pessoas.

Grupos focais

Foram realizados ao todo oito encontros que abordaram temáticas variadas, dentre elas: afetividade, família, sexualidade, preconceito, racismo e qualidade de vida. Os primeiros encontros proporcionaram um conhecimento maior sobre o equipamento, suas regras, a rotina dos membros e como estes tinham chegado à casa. Lançamos nossa proposta das rodas de discussão e nos apresentamos para todos que ali estavam e em seguida fizemos uma roda de conversa, no intuito de possibilitar uma melhor interação com o grupo.

Aos poucos foi se criando um ambiente de confiança em que eles se sentiram mais à vontade para falar sobre suas histórias de vida. Nos encontros posteriores ficou cada vez mais fácil de discutir as temáticas, pois já havíamos estabelecido uma boa relação com todos corroborando para a construção de vínculo entre todos os participantes. Após ter se estabelecido um vínculo com os usuários, foi possível trabalhar questões como a sexualidade propriamente dita sem que houvesse um estranhamento ou sem que o grupo demonstrasse incômodo em relação ao assunto, sendo esse um dos nossos encontros mais produtivos, quando considerado a interação e participação do grupo, que foi bastante positiva, ao

passo em que foi bem estabelecido o vínculo com essas pessoas, e possibilitou que o assunto da sexualidade fosse discutido de maneira fluida e leve como havia sido planejado.

Aspectos éticos

Por fim, o presente projeto, tomou como base de orientação ética a Resolução de nº [466/2012](#), que consiste em diretrizes e normas que regulam as pesquisas com os seres humanos e da Resolução nº [510](#), 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido na Plataforma Brasil e encaminhado para o Comitê de Ética do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio. O projeto recebeu aprovação com parecer de nº 5.493.599. Os nomes dos participantes citados no estudo são fictícios como forma de preservar sua identidade e sigilo, conforme diálogo com os mesmos durante a apreciação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido lido coletivamente antes do início da pesquisa.

Análise de dados

A análise dos dados qualitativos da pesquisa consistirá no dispositivo da Análise de Conteúdo na perspectiva de [Bardin](#) (2016). Desse modo, por meio da análise categorial de [Bardin](#) (2016), foram realizadas, no primeiro momento, leituras flutuantes e mais livres para possibilitar criar as categorias de homogeneidade e representatividade do conteúdo. Os dados analisados neste estudo são oriundos de material produzido na modalidade de diários de campo, cuja função assume o lugar de uma narrativa processual das experiências compartilhadas em cada encontro de discussão realizado no território da pesquisa. Os diários de campo são dispositivos que nos auxiliaram a registrar não apenas as descrições dos acontecimentos, como também nossas implicações e estranhamentos com o acompanhamento dos processos ([Ribeiro et al., 2016](#)), de modo que auxiliou a retomar cenas e acontecimentos vividos pelos pesquisadores. Também contamos com o registro de imagens ao longo da exposição de nossas reflexões na sessão de resultados e discussão, uma vez que entendemos que essa documentação imagética é composição de uma produção do lugar da experiência e da percepção do vivido na pesquisa ([Maurense & Tittoni, 2007](#)). Ao todo, foram realizados oito grupos de discussão e todos foram registrados através da produção de diários de campo.

Resultados e discussão

Trajatórias de andarilhos em territórios de partilha

Diante do contexto atípico que foi basilar para o surgimento dessa instituição no município, viu-se a necessidade da permanência, bem como do aprimoramento do serviço ofertado, pois reconheceu-se pelo Estado enquanto um direito que é garantido desde a promulgação da [Constituição da República Federativa do Brasil](#) de 1988 (1988), que assegura a qualquer cidadão brasileiro o direito à saúde, educação, segurança moradia, dentre outros, e isso inclui as pessoas que estão em situação de rua. Nesse sentido, os indivíduos que procuram a Casa de Acolhimento podem ter o livre acesso à medida que precisarem desse serviço, sendo isso garantido por lei. Esse acesso se dá através dos encaminhamentos realizados pelo equipamento de saúde CAPS, e os equipamentos de assistência CRAS e CREAS, além das buscas ativas executadas pelos profissionais da casa de acolhimento.

Um ponto que cabe destacar é a respeito da pluralidade cultural existente no espaço da casa de acolhimento, estando entre esses moradores naturais do Ceará, e os demais sendo de cidades de outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo. Essa diferença de territorialidades colocou muitas vezes em debate um atravessamento comum do grupo com relação às fragilidades que os conectam na vivência na casa de acolhimento.

Sabe-se que a população em situação de rua se refere a um problema governamental de desassistência dos direitos básicos, e como apontam [Mendes](#), Ronzani e Paiva (2019) essa é uma realidade expressiva do recorte da desigualdade social marcante no Brasil. Tal dilema culmina até os dias atuais em um movimento de resistência para que seja de fato possível o amparo a esse grupo tão discriminado.

Com o respaldo da citada [Constituição da República Federativa do Brasil](#) de 1988 (1988), muitas lutas a favor da população em situação de rua foram ganhando corporeidade, e alguns avanços se efetivaram; a exemplo, um dos maiores marcos se deu no ano de 2009, quando surge a Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPSR, que preza em seus objetivos:

[...] assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; garantir a formação e a capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua[...] (Decreto Lei nº 7053, 2009).

De acordo com a PNPSR essa população se caracteriza como um grupo heterogêneo, que abarca em comum o rompimento dos laços familiares, a pobreza, a falta de segurança, e muitas outras questões que potencializam a vulnerabilidade, isto é vivenciado de forma diferente por cada sujeito a partir de sua singularidade, história de vida, forma de se relacionar e ser no mundo, dentre outras (Decreto Lei nº 7053, 2009). Nesse contexto, pode-se concluir que existem diversas necessidades, devendo elas serem reconhecidas para que se possa amparar esses sujeitos tão violentados socialmente, tratados por uma ótica de marginalização.

Presume-se que isso ocorre porque esse público opera de uma forma diferente da lógica de controle convencional frente à gestão de mobilidades geográficas e as normatividades sociais. Por isso, é comum ser atribuído à condição de vidas errantes as pessoas que vivem nessa situação, uma vez que são vistas como um problema governamental e que podem causar perigo à sociedade, pois fazem um movimento contrário ao sistema ([Machado](#) & Justo, 2019).

Pensando nas pluralidades, cabe citar que como parte constituinte da população em situação de rua, há também os trecheiros, estes vivem em um movimento de transição em cidades, não se acomodando em um lugar único, mas marcando as suas trajetórias no deslocamento buscando a sobrevivência. Há assim uma condição de ruptura, seja na comunidade, no abrigo assistencial, no possível lar e até mesmo na família, e isso se dá justamente pela vivência constante de mobilidade em que não firmam vínculos duradouros por onde passam, mas encaram os espaços como locais de passagem ([Martinez](#), 2011). E nessa transitoriedade perpassada pela imprevisibilidade, conforme menciona os autores [Machado](#) e Justo (2019), esses sujeitos ao chegarem nas cidades sem rumo vão improvisando desde oportunidades para pequenos bicos a pedidos de ajuda da população em geral, como também a busca por apoio das entidades de assistência existentes no município.

Considerando o que foi mencionado pelos supracitados autores, é possível identificar dentro da Casa de Acolhimento que é comum receber indivíduos que não permanecem por muito tempo, resultando em uma recorrente movimentação de usuários. Assim, pode-se afirmar que este é um local onde os trecheiros podem receber apoio o tempo que for preciso. Pois, a partir dos encontros com os usuários, alguns relataram sobre as suas experiências ao transitarem por diferentes cidades, demonstrando um desejo de continuar andarilhando, porque esse é um movimento dotado de sentidos, ao passo que possibilitam inúmeros encontros, e por mais breve que sejam, permanecem na memória e passam a fazer parte da forma de ser no mundo desses sujeitos.

Dito isso, de acordo com [Justo](#) (2011) esses sujeitos realizam o deslocamento através do trecho, que pode significar um caminho a percorrer. Posteriormente, [Espósito](#) e [Justo](#) (2019) complementam ainda que o termo trecho pode fazer alusão a um estado emocional, isto é, a como o indivíduo está se sentindo, ao seu estado de espírito. A autora [Martinez](#) (2011) aprofunda pontuando que o trecho é como uma possibilidade de movimentar-se, como um caminho de passagem, e sobretudo, de existência. Essa palavra trecho se faz aqui também na experiência no projeto de extensão que possibilitou a condição de espaços de encontros e produção de narrativas sobre suas vivências anteriores e presentes dentro do espaço.

A Casa de Acolhimento, ainda que sirva como um espaço de passagem para essas pessoas, é também como um lugar de abrigo, um real acolhimento para aqueles que sabem que não vão permanecer. Pode-se presumir isso através de algumas falas dos usuários, que apontavam sobre a importância que a Casa está tendo em seu percurso - ora em seu trecho - devido à receptividade e amparo que o espaço fornece. Certamente, os direitos básicos não são garantidos do mesmo modo em todas as cidades que os trecheiros transitam, pois há lugares em que eles se depararam com violência, e com muitas necessidades que não são efetivamente supridas.

Dessa forma, durante os encontros, ouviu-se muito que aquele espaço foi demasiadamente acolhedor e que foram surpreendidos de maneira positiva, pois

quando comparado aos outros lugares nos quais já haviam passado, puderam sentir que ali existia um cuidado que se dava forma autêntica, isto é, não partia de uma lógica higienista. Segundo a autora [Resende](#) & [Mendonça](#) (2019), as políticas acabam tendo um viés higienista, nesse sentido, por uma força de ordem pública o suposto cuidado representa um intuito de “limpar” as ruas, isto é, descartar essa população empobrecida dos espaços urbanizados.

Os usuários ainda relataram que se sentem confortáveis para conversar com os monitores ou qualquer profissional do equipamento, o que torna esse lugar mais próximo de um lar: “consigo conversar com os psicólogos ou com as meninas (monitoras) sempre que preciso, e isso me faz me sentir em casa” (morador do equipamento). E nessa dinâmica, é possível ir tecendo um vínculo do grupo universitário com os moradores, que se dá de forma acolhedora desde o primeiro contato com o equipamento. Tanto para as estagiárias quanto para demais membros participantes o campo era novo, e para alguns usuários também. A gente estar ali também foi novidade. Ao adentrar no espaço, iniciamos a nossa visita conhecendo o ambiente, nos apresentando para todos que ali estavam e em seguida fizemos uma roda de conversa no intuito de possibilitar uma melhor interação com o grupo (Diário de Campo, 14/03/2022).

Nossa principal estratégia de grupo foi ouvir a partilha de cada membro da casa. Nos apoiamos nas rodas de conversas como um espaço que propiciou a apresentação do projeto e para que os usuários trouxessem suas histórias de vida e que falassem sobre suas relações dentro da casa. Durante cada momento os diálogos fluíram muito bem, os usuários se mostraram à vontade e disponíveis, trazendo para gente momentos marcantes de suas vidas, como chegaram até ali, e o que os fazem permanecer. Os relatos vieram carregados de afetos e muitas lembranças, eles trouxeram suas famílias em suas falas e as saudades de um tempo vivido junto desses, disseram se sentir acolhidos no espaço, que tem uma boa relação com os profissionais e também uns com os outros, destacaram que na casa há respeito e cuidado, e que têm aquele espaço e aquelas pessoas como se fossem realmente a sua casa e família (Diário de Campo, 14/03/2022).

Os afetos nas relações familiares

Retomando a ideia de [Queiroz et al. \(2015\)](#), é de suma importância debater sobre a sexualidade, já que é um fenômeno inerente ao ser humano. Considera-se que esse é um assunto ainda restringido, sobretudo nos espaços institucionalizados. Assim, os encontros na Casa de Acolhimento inicialmente foram articulados para tratar esta temática e vivenciados gradualmente nas várias metodologias de grupo abordadas em cada encontro.

As rodas de conversas tiveram temas diferentes como história de vida, relações afetivas e outras. Iniciamos o projeto ouvindo sobre as relações estabelecidas dentro da casa. Um assunto foi levando a outro, até que em um determinado momento, a tatuagem no braço de um dos usuários me chamou atenção por se tratar de um nome de uma mulher, perguntei de quem se tratava e o que representava para ele, tendo como resposta que ali foi um grande amor de sua vida e que a tatuagem não foi apagada porque assim como está em seu braço, está em seu coração, e que mantém contato com essa pessoa e que ela sempre vai ocupar um lugar especial em sua vida. Em seguida eu perguntei se ele tinha se envolvido com alguém depois que chegou em Icó, e ele me trouxe que se envolveu com uma menina que esteve na casa de acolhimento, e que ficou por lá durante vinte e cinco dias, que segundo ele, foram os melhores dias desde que ele chegou na cidade.

Assim que ele trouxe esse relato, os monitores que estavam presentes falaram que foram dias difíceis para a equipe, dizendo que eles receberam orientações para ficarem sempre atentos e não permitirem que eles se aproximassem, com isso o usuário também trouxe que: cada vez que eles tentavam proibir, mais vontade eles tinham de ficarem agarrados (relato de um morador). Os monitores ainda trouxeram que aquela não era uma situação a que eles estavam acostumados e que não sabiam muito bem o que fazer, que todos tinham medo do pior acontecer e que o motivo das reuniões eram sempre para orientar quanto à proibição do envolvimento entre essas duas pessoas (Diário de Campo, 14/03/2022).

Embora houvesse um momento de espera, e até mesmo uma certa angústia quanto à ansiedade de abordar a temática da sexualidade e atingir o objetivo proposto inicialmente nesta pesquisa, primeiramente sentiu-se a necessidade de se vincular ao

espaço, de reconhecê-los, para então discutir o assunto, uma vez que, mesmo que já houvesse algum contato com aquele equipamento, devido a fluidez do espaço e dinâmica do grupo, foi preciso restabelecer os vínculos. Foi somente por meio disso que houve lugar para que os participantes manifestassem os seus afetos e suas histórias, e isso reafirma que a sexualidade está para além do ato em si, como [Queiroz et al. \(2015\)](#) pontuam.

Diante disso, percebeu-se que durante os encontros foram destacadas questões voltadas para os impactos das relações familiares na vida dos usuários, pois muitos relataram sobre a falta que sentiam dos filhos, bem como dos(as) ex-companheiros(as) de vida, com quem, por inúmeros fatores, a maioria não possui mais nenhum tipo de ligação. Sabe-se que motivos como a desigualdade social, perpassada pelo preconceito, destituem os direitos dessas pessoas, e nesse entorno, segundo o Decreto Lei nº [7053 \(2009\)](#) é comum que os laços familiares sejam fragilizados, o que acaba por limitar ou interromper o contato.

Como pontua a autora [Cruz \(2018\)](#) são inúmeras as vulnerabilidades desses sujeitos, e compreende-se que isso é intensificado quando tem a quebra dos laços familiares, pois diz sobre o despertencimento, uma perda do lugar de suas extensões e das representações deles mesmos. Nesse sentido, há um sentimento de desamparo frente à exclusão sociofamiliar que impacta diretamente a vida dessas pessoas, devido à fragilidade dos vínculos é sentido na pele que não tem a quem recorrer, que não tem a quem ir ou voltar.

Entretanto, foi percebido em algumas falas dos participantes que mesmo que os laços familiares estejam rompidos, é possível ainda haver um sentimento de amor. Além do desejo de reencontro, ou de voltar a morar com a família:

João: *"tenho uma boa relação com o pessoal da minha casa, sempre falo com meu filho, minha mãe, mas eles nunca me pediram pra voltar, nunca ouvi um 'volta pra casa'. Entendo que já fiz eles sofrerem muito, e se eu tô bem aqui, eles estão bem lá, e isso é o que importa."*
(relato de morador).

Severino: *"Às vezes sinto vontade de voltar à minha cidade, queria muito ver a minha irmã de novo, mas tenho medo de chegar lá e descobrir que ela morreu, tenho certeza que minha vida acaba nessa hora."*
(relato de morador).

Antonio: *“O lugar que eu sei que seria bom pra mim é perto dos meus pais, mas não posso voltar pra lá, por que já fiz umas coisas erradas aí, e sem mim eles estão seguros.” (relato de morador).*

Ainda que muitos demonstrassem o desejo de estarem novamente com sua família, outros sequer falavam sobre o seu passado, ou sobre esse lugar que pudesse retornar, dando a entender que a casa de Acolhimento é o lugar que eles se sentem pertencentes tanto no momento presente quanto em uma perspectiva de futuro.

Com isso, cabe destacar a relação que os usuários tinham para com o equipamento, sendo essa percebida de maneira amistosa, pois, muito se ouvia nos encontros como aquela casa os fazia se sentirem acolhidos, e como era simples estabelecer uma boa relação, tanto com os monitores como com os demais profissionais do serviço. Alguns usuários apontaram que um dos pontos positivos era o fato de terem acesso direto aos psicólogos, que quando precisavam de uma escuta, eles estavam lá para eles, e da mesma maneira acontecia com os monitores, e isso os deixava confortáveis e com um sentimento de estarem em casa, de alguma forma.

No entanto, não se pretende aqui romantizar o equipamento, e muito menos desconsiderar os conflitos de grupo e as necessidades de esfera pública, que esse também é permeado pela heterogeneidade, isto é, a diversidade (Decreto Lei nº 7053, 2009) uma vez que, apesar de estarem em uma mesma condição e local, cada um tem seus costumes, modos, crenças e histórias de vida. Grande parte veio de diversas regiões, além dos diferentes motivos para estarem ali. Apesar das divergências, o grupo parecia, dentro do possível, se manifestar de forma harmoniosa, pois se preocupavam em respeitar essas diferenças e o espaço de cada um. Dito isto, a partir da convivência pode-se estabelecer laços afetivos entre eles. Outro ponto é que o lugar a que se refere a família também está atravessado pelas memórias dos territórios de criação e costumes.

A exemplo disso, desenvolvemos uma dinâmica com uso de músicas que trouxessem essas memórias em suas narrativas. Quando foi pensado em realizar essa atividade, achávamos que íamos ouvir relatos sobre seus relacionamentos amorosos e familiares, no entanto, ao passo em que os usuários iam escolhendo suas músicas, traziam para nós histórias da infância,

lembranças com seus pais, o tempo em que moravam juntos e como era simples de viver nesse tempo, destacaram que quando criança havia regras em suas casas, e que os mais velhos eram respeitados, comparando aos dias de hoje, que segundo eles tudo anda muito solto, fora das rédeas.

O momento foi bastante satisfatório, visto que através deste foi possível uma melhor aproximação com os usuários, eles nos deixaram entrar em lugares muito íntimos, inclusive, foi bem impactante para nós ouvir a história de um usuário em específico, que através de “Fim de semana no parque”, canção de Racionais MC’s, trouxe seu tempo de infância e adolescência, dizendo que a música retrata exatamente a sua realidade daquela época, morador da região periférica de São Paulo, na quebrada, como citado por ele, que sonhava em poder sair em um domingo de sol para tomar um banho de piscina como faziam as outras crianças de classe mais alta (Diário de Campo, 24/03/2022).

Destacou os momentos que marcaram sua vida como, por exemplo, quando aprendeu a andar de patins e que através disso passou a frequentar espaços que antes não era possível e foi notado por outra galera, a galera da zona nobre de São Paulo, ele disse que *“eu era amarradão nisso, eu sabia fazer manobras legais e eu ganhava muito refrigerante por causa dessas manobras, já que todos ficavam admirados e tudo era muito maneiro”* (Participante Fernando).

Nesse sentido, de acordo com as falas dos usuários, pode-se presumir que mesmo a Casa de Acolhimento não substituindo os laços familiares, as relações no equipamento tornam-se para eles o contato mais próximo possível, no momento presente, daquilo que se entende por família. E isso se expressa no cuidado e no respeito que eles têm uns pelos outros.

Afetividades e sexualidades no compartilhamento de uma residência

Ao passo que foram se dando os encontros e as rodas de conversas, as intervenções sobre as sexualidades foram acontecendo naturalmente, o que indicava uma certa espontaneidade para falar sobre o assunto. Os momentos foram para compreender como a temática da sexualidade se implicava naquele grupo e o que significava para eles, desde as relações amorosas e casuais até a educação sexual, dúvidas, achismos e preconceitos.

A princípio, é importante mencionar o quanto esse movimento trouxe impacto na instituição, porque de acordo com as falas de alguns usuários, essa era a primeira vez que tiveram em um espaço como aquele a oportunidade de se falar abertamente sobre esse assunto. Nesse sentido, retomamos a ideia já pontuada neste trabalho, que discutir sobre sexualidade não se estende a espaços públicos justamente por essa lógica de proibicionismo (Ferreira et al. 2015). Para tanto, foi preciso ouvi-los, não buscando levar um teor de certo ou errado, mas a partir de suas compreensões, o intuito foi contribuir levando informações que priorizassem a promoção e prevenção de saúde, bem como o entendimento de que a sexualidade é múltipla e subjetiva.

Para adentrarmos com foco diretivo nessa temática do afeto levamos alguns encontros para trabalhar de uma forma metodológica como eles vivenciam suas sexualidades. Um desses encontros se tratava de uma atividade em que usamos uma bola como um recurso para elaborar junto com eles a compreensão de afeto, o intuito era que conforme a bola fosse sendo lançada e parasse nas mãos deles, eles trouxessem como a palavra afeto chegava, o que eles pensavam ao ouvi-la, deixando muito claro de que não havia uma resposta certa.

A primeira pessoa que pegou a bola demonstrou ter dificuldade para falar sobre o que foi direcionado, querendo até passar sua vez, por achar que não conseguiria ou que talvez falasse alguma besteira, com isso, nós explicamos novamente que não havia algo certo ou errado, mas que o sentido de afeto, que nós estávamos buscando, era algo subjetivo, muito particular de cada um e a partir daí, ela nos trouxe que, pra ela, afeto seria amor ao próximo, que não conseguia pensar em outra coisa além disso, que era sobre cuidado com o outro. Os demais participantes concordaram com o que foi trazido e o grupo começou a lançar seus pontos de vista ao passo em que a bola ia chegando em suas mãos.

As definições eram diversas, as palavras que surgiram foram, cuidado, amizade, irmandade, mansidão, compreensão, sinceridade, escutar o outro, saber ouvir, convívio, sensibilidade, gentileza, responsabilidade, gratidão. Cada palavra que ia sendo compartilhada vinha acompanhada de uma história, e todas fazendo relações com o lugar e as pessoas que eles estavam vivendo, trouxeram no final o quanto cada coisa que foi dita tornava a relação deles dentro da

casa mais leve, que eles conseguiam perceber aqueles afetos naquele lugar e por isso era tão tranquilo ficar naquele espaço, que às vezes até acontecem coisas desagradáveis, mas que eles conseguem contornar quando param pra ouvir seus colegas, frisaram a importância do respeito mútuo e da gentileza, considerando que cada história que há ali é única.

Para nós foi uma experiência interessante, pois ao lançarmos aquela proposta não imaginávamos o tanto que seria partilhado a partir de uma palavra, e o quanto as vivências são subjetivas de fato, o afeto ganhou outros sentidos, e todos muito válidos e significativos, ampliou o nosso olhar quanto àquelas pessoas e às coisas que as tocam, estávamos diante de pessoas sensíveis, que afetam e são afetadas, ainda que não consigam expressar ou que achem que não saibam (Diário de Campo, 18/04/2022).

Em outro momento do grupo, o tema da sexualidade foi abordado através de uma oficina na qual se discutiu os mitos e verdades do que eles concebiam e representavam sobre a sexualidade. A princípio, houve um receio de que os participantes não se envolvessem, mas a proposta foi bem aceita pelo grupo, e esse demonstrou entusiasmo e um despojamento para compartilhar suas vivências e apresentar suas visões a respeito. Mas cabe indicar que, dentro de um número de onze participantes presentes, dois não se sentiram confortáveis para partilhar seus pontos de vista no jogo, tendo um deles desistido de participar, e o outro ficou como ouvinte. Isso reforça a ideia de que a sexualidade ainda é um assunto delicado e constrangedor para algumas pessoas.

Para nortear o jogo foram elaboradas algumas perguntas voltadas tanto para o sexo propriamente dito, isto é, para conceitos e dúvidas que são normalmente partilhados pela sociedade de forma geral, quanto aquelas que se imbricava diretamente nas subjetividades e valores dos participantes – o que também não deixa de ser algo construído em uma estrutura social.

Diante disso, apontou-se questões atreladas à superação de vieses moralistas e preconceituosos, pois sabe-se que falar sobre esse assunto é justamente se deparar com ideias que são difusas na sociedade contemporânea, e que limitam a visão do ser humano a um cunho de normatividade que acaba por ser opressora. Isso foi identificado, por exemplo, a partir de uma conotação machista em relatos de alguns integrantes do grupo, como a prioridade da satisfação

sexual do homem e desimportância ao prazer sexual feminino. Na fala a seguir, vemos essa situação como se o desejo da mulher fosse uma imposição.

Geraldo: *“Eu me separei da última mulher porque nunca era suficiente pra ela, ela queria que eu aguentasse o tempo que ela quisesse e quantas vezes ela quisesse, mas depois de vinte minutos eu morria e isso deixava ela com raiva, eu até tentei aguentar mais tempo, mas não consegui. Ela nunca ficava satisfeita”* (relato de morador).

Com esse relato, ratifica-se a compreensão dos estudos sobre a sexualidade feminina, que historicamente foi fomentado, principalmente pela medicina a concepção de que a mulher considerada “normal” não poderia ter mais desejo sexual que o homem, pois a figura masculina representava mais racionalidade, enquanto a mulher por ser considerada na época como menos racional, poderia ter sua sexualidade vista por uma ótica de descontrole (Rohden, 2009). Essa foi uma ideia equivocada, de caráter machista e ultrapassada, mas ainda hoje se vê resquícios do quanto ela foi propagada na sociedade, limitando a sexualidade da mulher em vários aspectos.

Isto posto, pode-se perceber que, como postula a autora Federici (2017), devido ao recorte de gênero, a vivência da sexualidade é distinta para as mulheres em comparação aos homens. A própria noção de encarar a significação de virgindade foi uma diferença nítida que se manifestou na atividade, pois para eles isso significava algo importante das mulheres e que deveria ser protegido e resguardado para um momento especial, o que se difere da realidade do homem.

Simultaneamente, enquanto a mulher tem sua sexualidade reprimida, o homem é desde muito cedo lançado e cobrado para iniciar e dar conta da sua vida sexual para que comprove a sua virilidade. Dessa forma, ele é disciplinado a seguir padrões que demonstram sua força, coragem e autocontrole, jamais demonstrando suas fraquezas e/ou vulnerabilidades, principalmente ao que se refere às práticas sexuais (Voks, 2021). Com isso, o homem é obrigado a seguir essa performance, caso contrário, terá a sua masculinidade posta em dúvida devido a uma suposta impotência.

João: *“Uma vez aconteceu um negócio comigo e foi muito doido. Tinha uma menina que cresceu junto comigo, a gente brincava juntos quando criança, daí a vida da gente mudou e nós perdemos o contato, depois ela reapareceu, uma mulher linda e a gente começou a se envolver, mas quando foi na hora de ter transar com ela, eu não consegui, não sei explicar, mas foi muito doido, eu olhava pra ela e lembrava da gente criança, fiquei com muita vergonha daquilo, mas ela foi “da hora”, conversou comigo e disse que tava tudo bem e não espalhou pra ninguém, eu me surpreendi muito, pois ela poderia ter ficado chateada, mas ela agiu de outra forma. Eu nunca esqueço disso, foi uma parada doida pra mim, eu tava com mulher linda na minha frente e não consegui fazer nada”* (relato de morador).

O relato supracitado revela o quanto essas cobranças são comuns, e que quando não se consegue atendê-las, surge a necessidade de manter isso em segredo, pois afeta diretamente o homem, o que interfere em sua autoestima gerando constrangimento e questionando a sua própria masculinidade. O participante mencionou que essa situação trouxe um impacto em sua vida referente ao seu desempenho sexual, tanto que ainda hoje é lembrado por ele.

Outrossim, é que nesses encontros foi bastante importante levantar a pauta sobre a masturbação. Postulado que essa é uma prática para obtenção de prazer sexual, além de promover saúde e autoconhecimento. Desse modo, ao serem questionados sobre a prática como algo saudável, a princípio a maioria demonstrou timidez, mas aos poucos conseguiram falar abertamente sobre suas percepções no grupo. Obteve-se resposta sobre a compreensão do quanto pode fazer bem. Dentre os integrantes, a única mulher que fazia parte do grupo, foi uma das primeiras a se colocar pronunciando a masturbação como algo muito positivo para ela, como podemos ver em sua fala: “É um santo remédio, melhor que esses que você pega no postinho” (Participante Joaquina).

Houve também aquelas respostas que eram de negação do ato, como algo até pecaminoso. Ratifica-se assim o quanto que a religião exerce influência na vivência das sexualidades (Ziliotto & Marcolan, 2020), como vemos na fala seguinte: “Acredito que faz bem ao corpo, mas não é certo dentro da religião que eu sigo, a bíblia não aprova” (Participante João).

No que concerne à educação sexual - que esteve, de alguma maneira, presente desde o início dos encontros - através dos relatos das vivências e experiências, foi possível identificar as crenças relacionadas ao assunto, e assim fornecer informações precisas desde as questões básicas e de prevenção de doenças, quanto as desmistificações em relação ao sexo propriamente dito. Através dos relatos de cada integrante, resultou-se em um ensino e aprendizagem repassado para o grupo, assim como os assuntos de cunho subjetivo, como afirmou [Figueiró \(2020\)](#). No mais, houve espaço para esclarecer dúvidas, e os assuntos que não eram de domínio dos participantes foram explorados.

Em suma, a temática sobre sexualidade na Casa de Acolhimento gerou muita repercussão e reeducação, pois segundo relataram os usuários, tanto eles como os profissionais continuaram discutindo sobre o assunto após o encontro, e isso perdurou durante dias, e até proporcionou o estreitamento dos vínculos entre eles mesmos, pois a partir do que foi discutido, o grupo conseguiu desenvolver um contato que trouxe uma liberdade para compartilhar sobre suas experiências íntimas, e também sobre outras coisas da vida pessoal que antes não se sentiam confortáveis para conversar. Portanto, a vivência deu lugar para que esses sujeitos pudessem se expressar sem se sentirem ameaçados naquele espaço.

Considerações finais

Conforme as questões aqui discutidas, buscou-se compreender como a sexualidade - intrínseca ao ser humano - se manifesta nos espaços institucionalizados, mais precisamente na Casa de Acolhimento O Resgate. Para isso, se fez necessário considerar as diversidades existentes nesse fator, ponderando assim, no plural: as sexualidades. Compreende-se também que os discursos enunciados pelos sujeitos estão imbricados na produção de subjetividade, sobretudo quanto se referem no tema dos afetos, da família, das relações interpessoais, da imagem de si, etc. Salienta-se que durante o desenvolvimento da pesquisa, o tema das relações familiares e das vivências afetivas se tornou analisadores acerca de como os sujeitos e sujeitas experimentam produções de sentido sobre suas sexualidades.

A partir do que se foi debatido, identificou-se o quanto há preconceitos e tabus relacionados às sexualidades, limitado ao acesso às informações, bem como aos juízos de valores e percepções atribuídas. Além disso, há também a restrição do próprio equipamento, já que se sabe o quanto esse assunto é ainda tratado por um cunho proibicionista e moralista. Posto isto, falar sobre sexualidades é um movimento de resistência, uma vez que é na tentativa de possibilitar - ainda que seja como ideal - o acesso a um dos tantos outros direitos que sempre são renegados para essas pessoas.

Compreendeu-se também a urgência de realizar capacitações aos profissionais desses equipamentos de saúde sobre educação sexual alicerçada na política de direitos desses sujeitos, para que esse assunto seja naturalizado e debatido com facilidade, já que foi percebido o quanto existe evitação e dificuldades de mediar, e isso é resultado justamente de uma construção social da não aceitação da possibilidade que esses corpos sintam e se expressem como direito de qualquer ser humano. Assim, é fundamental um amparo profissional alicerçado em uma sensibilidade e atenção ao que se apresenta no campo de afetos, tanto pelo que é dito, como pelo não dito.

Cabendo destacar que essa falha na preparação desses profissionais denuncia uma falta de interesse sobre a temática em questão, e sobre esses corpos que são vistos como desviantes, pois, os trabalhos científicos que mais se aproximavam do tema estavam relacionados às instituições voltadas para o âmbito escolar ou as do cuidado à saúde do idoso, e raramente a essas pessoas, sendo essa uma das dificuldades encontradas na realização dessa pesquisa voltada para o embasamento teórico.

Nesse sentido, é imprescindível apontar que é papel da comunidade acadêmica desenvolver e continuar estudos sobre essa temática, o que culminará em uma maior visibilidade do conteúdo apresentado. A importância de problematizar poderá fornecer subsídios para que se repense nas práticas de saúde e assistência das políticas públicas, e nos debates sociais voltados para essa população. Sugerindo-se para pesquisas futuras investigar, por exemplo, a relação de suas inserções no mundo do trabalho, a busca concreta pelos vínculos familiares, considerando que essa pesquisa foi realizada em 2022, o que podem ter surgido novos acontecimentos nas vidas dos sujeitos.

Na Psicologia e nas demais áreas da saúde, é um compromisso ético respeitar as diversidades, bem como assegurar os direitos dessas pessoas, ampliando e garantindo o cuidado. Portanto, é possível intervir fornecendo espaços para que as narrativas sejam ouvidas, as expressões acolhidas e os afetos sejam sentidos, em um lugar que se busque desenvolver a autonomia e o acesso às informações sobre as sexualidades. Combatendo as desigualdades sociais e amparando, desse modo, as formas de re-existências.

Contribuições dos autores

Gomes, L. L. B., Alexandre, L. N. e Araújo, M. G. L. participaram da concepção, delineamento, busca e análise qualitativa dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados, redação do artigo científico. Lavor Filho, T. L. participou da concepção, delineamento, busca e análise qualitativa dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados, redação do artigo científico e supervisão final do manuscrito. Gomes Filho, A. S. participou da concepção, delineamento, busca e análise qualitativa dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados, e redação do artigo científico. Todos os autores revisaram e aprovaram a versão final e estão de acordo com sua publicação.

Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

Indexadores

A Revista Psicologia, Diversidade e Saúde é indexada no [DOAJ](#), [EBSCO](#) e [LILACS](#).



Referências

- Aguiar, K. F. (2003). *Ligações perigosas e alianças insurgentes: subjetividades e movimentos urbanos* [Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17237>
- Almeida, J. M. C. (2019). Política de saúde mental no Brasil: o que está em jogo nas mudanças em curso. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(11). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00129519>
- Amarante, P., & Torre, E. H. G. (2017). Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(63), 763-774. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0881>
- Amarante, P., & Torre, E. H. G. (2018). "De volta à cidade, sr. cidadão!" - reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. *Revista de Administração Pública*, 52(6), 1090-1107. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170130>
- Ballone, G. J. (2006). *O que é Doença Mental?* Graal.
- Barbosa, J. A. G., Souza, M. C. M. R., & Freitas, M. I. F. (2015). A abordagem da sexualidade como aspecto essencial da atenção integral de pessoas com transtornos mentais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(7), 2165-2172. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.01792014>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo* (L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trad.). Edições 70.
- Bearzoti, P. (1994). Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, 52(1), 113-117. <https://doi.org/10.1590/s0004-282x1994000100024>
- Bessa, J. C. (2017). *"Deixe-me sentir": (des)encontros entre sexualidade e o campo da saúde mental em periódicos brasileiros (2001-2014)* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Estadual Paulista]. <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/421a0644-c0a9-4ea6-8d85-92f43389848a/content>
- Campelo, I. G. M. T., Costa, B. G. M., Peres, M. A. A., Guimarães, J. C. S., Mann, C. G., & Queirós, P. J. P. (2019). Desvendando a sexualidade de pessoas com sofrimento psíquico. *Nursing*, 22(255), 3111-3117. <https://doi.org/10.36489/nursing.2019v22i255p3111-3117>
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Senado Federal, Centro Gráfico. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

- Cornwall, A., & Jolly, S. (2008). *Questões de sexualidade: ensaios transculturais* (J. Freitas, trad.). ABIA.
- Corrêa, S., & Ávila, M. B. (2003). Direitos Sexuais e Reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros. In: E. Berquó (Org.). *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil* (pp. 17-73). Editora da Unicamp.
- Costa, M. I. S., & Lotta, G. S. (2021). De “doentes mentais” a “cidadãos”: análise histórica da construção das categorias políticas na saúde mental no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(suppl 2), 3467–3479. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.22712019>
- Cruz, J. R. (2018). *O impacto da vulneração na subjetividade das pessoas em situação de rua: colaboração da Bioética da Proteção*. [Dissertação de Mestrado em Bioética, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
- Decreto Lei nº 7053, de 23 de dezembro de 2009. (2009). Institui A Política Nacional Para A População em Situação de Rua e Seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e Dá Outras Providências. https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/****_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm
- Detomini, V. C. (2016). *Sexualidade e saúde mental: construindo sentidos entre pessoas usuárias de um CAPS* [Dissertação de Mestrado de Psicologia, Instituto de Psicologia Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia]. PPGPSI. <http://www.pgpsi.ip.ufu.br/node/466>
- Espósito, A., & Justo, J. S. (2019). A Mobilidade Dos Trecheiros E A Importância De Seus Objetos Materiais. *Revista Percurso - Nemo*, 11(1), 121-138. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49766>
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva* (Coletivo Sycorax, Trad.). Editora Elefante.
- Ferreira, S. M. A., Gozzo, T. O., Panobianco, M. S., Santos, M. A., & Almeida, A. M. (2015). Barreiras na inclusão da sexualidade no cuidado de enfermagem de mulheres com câncer ginecológico e mamário: perspectiva das profissionais. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 23(1), 82–89. <https://doi.org/10.1590/0104-1169.3602.2528>
- Figueiredo, J. M. A. (2019). *Sexualidade das pessoas com transtornos mentais severos na perspectiva de profissionais de saúde mental e usuários de centros de atenção psicossocial (CAPS)* [Dissertação de Mestrado do Curso de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional UFS. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/11937>
- Figueiró, M. N. D. (2020). *Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio*. EDUEL.
- Figueiroa, M., Menezes, M., Monteiro, E., Andrade, Â., Fraga, D., & Oliveira, M. (2017). A formação relacionada com a sexualidade humana na percepção de estudantes de enfermagem. *Revista de Enfermagem Referência*, 4(15), 21–30. <https://doi.org/10.12707/riv17044>
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque, & J. A. G. Albuquerque, Trans.). Edições Graal.
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7ª Ed. Atlas.
- Gomes, M. E. A., Guimarães, J. M. X., Sampaio, J. J. C., Pacheco, M. E. A. G., & Coelho, M. O. (2010). Concepções e vivências da sexualidade: um estudo com usuárias da estratégia saúde da família. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 34(4), 919. <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2010.v34.n4.a83>
- Guattari, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético* (A. L. Oliveira, L. C. Leão, Trad.). Editora 34.
- Guattari, F., Rolnik, S. (1985). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Vozes.
- Immergut, E. (2007). O Núcleo Teórico do Novo Institucionalismo. In: E. Saravia,, & E. Ferrarezi (Ed.), *Políticas Públicas – Coletânea Volume*. ENAP.
- Justo, J. S. (2011). *Andarilhos e Trecheiros: errância e nomadismo na contemporaneidade*. Editora da Universidade Estadual de Maringá.
- Le Goff, J. (1995). *O do Purgatório* (B. Leitão, Trad.). Editorial Estampa.
- Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. (2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm
- Lins, A. M., & Cecilio, L. C. O. (2008). O discurso da institucionalização de práticas em saúde: uma reflexão à luz dos referenciais teóricos das ciências humanas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 18(3), 483–499. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312008000300007>
- Machado, C., & Justo, J. S. (2019). Entre a paragem e o trânsito: Atenção Psicossocial para a errância e o nomadismo. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(2), 300–318. <https://doi.org/10.36298/gerais2019120208>
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação sexual: princípios para ação. *Doxa: Princípios Para Ação*, 15(1), 75–84. <https://repositorio.unesp.br/items/4adde114-3eaa-4f15-9b01-e777cc052ada>

- Mann, C. G., & Monteiro, S. (2018). Sexualidade e prevenção das IST/aids no cuidado em saúde mental: o olhar e a prática de profissionais no Município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(7). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00081217>
- Martinez, M. M. (2011). *Andando e parando pelos trechos: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos* [Dissertação de Mestrado do Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas]. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/220>
- Martins, H. H. T.S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 30(2), 289-300. <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27936/29708>
- Maurenre, V., & Tittoni, J. (2007). Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: a fotocomposição e outros caminhos possíveis. *Psicologia & Sociedade*, 19, 33-38. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300006>
- Mendes, K. T., Ronzani, T. M., & Paiva, F. S. (2019). População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: uma revisão sistemática. *Psicologia & Sociedade*, 31. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31169056>
- Ministério da Saúde. (2013a). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2013b). *Saúde sexual e saúde reprodutiva / (Cadernos de Atenção Básica, n. 26)*. Ministério da Saúde. https://coren-se.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf
- Moreira, M. I. B., Guerrero, A. V. P., & Bessoni, E. A. (2019). Entre desafios e aberturas possíveis: vida em liberdade no contexto da desinstitucionalização brasileira. *Revista Saúde e Sociedade*, 28(3), 6-10. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902019000003>
- Oka, M., & Laurenti, C. (2018). Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. *Saúde E Sociedade*, 27(1), 238-251. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170524>
- Oliveira, B. L. V. (2009). Sexualidade no contexto contemporâneo: um desafio aos educadores. In: BRASIL. (Ed.). *Educação Sexual: Múltiplos Temas, Compromissos Comuns*. (pp. 173-189). Editora UEL.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2014). *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (2019). *Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade: uma abordagem baseada em evidências*. UNESCO. <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/369308por.pdf>
- Organização Pan-America de Saúde. Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS). (2020). *COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)*. <https://www.paho.org/pt/doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-covid-19>
- Papi, L. P., Horstmann, G., Padilha, P. Z. (2020). Institucionalização de políticas públicas: do que estamos falando? Uma análise sistemática da literatura do campo de políticas públicas e da Assistência Social no Brasil (1990-2020). In: *Encontro de administração pública da ANPAD*, 44. https://anpad.com.br/pt_br/event/details/119/1816
- Pimentel, L. A. R. (2019). *Transgressão, Corporeidade E Sexualidades Dissidentes: Do Silenciamento Ao Protagonismo Lgbtqi+ No Espaço Escolar*. XV Enecult - Encontro de estudos multidisciplinares em cultura, Salvador – Bahia. <http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111693.pdf>
- Queiroz, M. A. C., Lourenço, R. M. E., Coelho, M. M. F., Miranda, K. C. L., Barbosa, R. G. B., & Bezerra, S. T. F. (2015). Representações sociais da sexualidade entre idosos. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 68(4), 662-667. <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2015680413i>
- Resende, V. M., & Mendonça, D. G. (2019). População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo. *DELTA: Documentação de Estudos Em Lingüística Teórica E Aplicada*, 35(4). <https://doi.org/10.1590/1678-460x2019350413>
- Resolução 510/2016. (2016). Resolução para pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. CNS. <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Resolução N° 466/2012. (2012). Resolução que orienta a realização de pesquisas com seres humanos. CNS. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Ribeiro, D. M., Miranda, L. L., Feitosa, G. L., Cardoso, N. F. S., Oliveira, P. S. N., & Oliveira, T. C. D. (2016). Pesquisando com professores: a centralidade do diário de campo e da restituição em uma pesquisa-intervenção. *Revista de Psicologia*, 7(1), 81-93. <http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/3675>

- Rohden, F. (2009). Diferenças de gênero e medicalização da sexualidade na criação do diagnóstico das disfunções sexuais. *Revista Estudos Feministas*, 17(1), 89–109. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2009000100006>
- Rotelli, F., Leonardis, O., Mauri, D. (1990). Desinstitucionalização: uma outra via. In: F. Rotelli, O. Leonardis, D. Mauri. *Desinstitucionalização* (pp. 17-59). Hucitec.
- Telo, S. V., & Witt, R. R. (2018). Saúde sexual e reprodutiva: competências da equipe na Atenção Primária à Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(11), 3481–3490. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.20962016>
- Toniette, M. A. (2004). *Sexualidade... ou sexualidades?* <http://www.matoniette.psc.br/artigos/sexualidade-ou-sexualidades.html>
- Urry, K., & Chur-Hansen, A. (2018). Who decides when people can have sex? Australian mental health clinicians' perceptions of sexuality and autonomy [Quem decide quando as pessoas podem fazer sexo? Percepções dos médicos de saúde mental australianos sobre sexualidade e autonomia]. *Journal of Health Psychology*, 25(13-14). <https://doi.org/10.1177/1359105318790026>
- Villela, W., & Arilha, M. (2003). Sexualidade, Gênero e Direitos Sexuais e Reprodutivos. In: E. Berquó (Ed.). *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil* (pp. 95-145). Editora da Unicamp.
- Voks, D. J. (2021). Virilidade e os discursos masculinistas: um “novo homem” para a sociedade brasileira. *Sexualidad, Salud Y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 37. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21204a>
- Wachs, F., Jardim, C. R., Paulon, S. M., & Lúcia, V. (2010). Processos de subjetivação e territórios de vida: o trabalho de transição do hospital psiquiátrico para serviços residenciais terapêuticos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20(3), 895–912. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312010000300011>
- Ziliotto, G. C., & Marcolan, J. F. (2019). Percepção da sexualidade na ótica do indivíduo com transtorno mental. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, 87(25), 1-6. <https://doi.org/10.31011/reaid-2019-v.87-n.25-art.191>
- Ziliotto, G. C., & Marcolan, J. F. (2020). Compreendendo os preconceitos de indivíduos em sofrimento psíquico a respeito da sexualidade. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(2). <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0270>